



## MOÇÃO n.º /2014

### CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DA EMPRESA GERAL DE FOMENTO, S.A.

A Câmara Municipal de Lisboa aprovou em 26 de Fevereiro de 2014 a Moção n.º 2 de 2014 contra a Privatização da Empresa Geral de Fomento, S.A., onde foi deliberado:

*“Que a CML assuma uma posição de princípio contra a privatização de monopólios, em oposição frontal à privatização da EGF, num sector que o Estado sempre considerou estratégico e que tem obrigação de manter público – prova disso é o investimento público acumulado (até 2013) de cerca de 350 milhões de euros realizado na Valorsul, uma empresa lucrativa, que tem distribuído dividendos aos seus accionistas todos os anos. A Valorsul desenvolveu ao longo dos últimos 20 anos um sistema integrado e certificado pelas normas internacionais de ambiente, segurança e qualidade, e é hoje uma empresa altamente tecnológica, que detém, inclusive, uma Central de Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos (inceneração em massa com recuperação de energia), em São João da Talha, concelho de Loures*

*Que a CML se apresente contra o impedimento dos accionistas da Valorsul em adquirirem a maioria do capital da Valorsul, uma vez que apenas é concedido aos municípios o direito de alienação das suas participações nas entidades gestoras em que a EGF é accionista e reconhece aos trabalhadores o direito de compra de até 5% do capital da EGF a alienar mas, estranhamente, não reconhece aos accionistas dos sistemas – os municípios – igual possibilidade. Que CML assinale a não auscultação pelo Governo neste processo de privatização da EGF, nem os restantes municípios da Valorsul. Esta é uma actividade em que os municípios são, simultaneamente, (i) accionistas, (ii) clientes – pagam uma taxa de 20€/tonelada de lixo indiferenciado – e (iii) fornecedores – o lixo destes municípios é a principal matéria-prima para a*



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A  
GABINETE DOS VEREADORES DO PCP

*actividade da Valorsul e da EGF, sendo que existem contratos de fornecimento e abastecimento por município.*

*Por último, a CML exige que o Governo permita aos municípios da Valorsul a aquisição de uma posição maioritária na Valorsul e está disponível para um novo acordo parassocial, protegendo quem tiver a posição minoritária na EGF (público ou privado).*

*Esta deliberação vem no seguimento da concertação de posições dos municípios da Valorsul, que assumiram desde o início uma posição unânime contra a privatização da EGF.”*

Acontece que,

No dia 18 de Setembro de 2014, o Governo anunciou a venda da Empresa Geral de Fomento, S.A. à Empresa Mota Engil, não tendo em conta as preocupações plasmadas na Moção n.º 2 de 2014, aprovada pela Câmara Municipal de Lisboa.

Acresce que,

Os motivos existentes à data mantêm-se, sendo que a opção do Governo pela privatização é injustificada a todos os níveis, incluindo no plano económico. Na medida em que as empresas apresentam lucros assinaláveis e realizaram um investimento muito substancial ao longo dos últimos anos. É uma privatização que, à semelhança de todas as outras, não representa o interesse público, nem económico. A privatização da EGF, para lá das consequências de dimensão estratégica que envolve, traduzir-se-á na degradação da qualidade do serviço público, na subordinação de opções de saúde pública, ambiente e ordenamento do território ao desígnio do lucro de accionistas privados e no inevitável aumento das tarifas cobradas aos municípios e aos cidadãos.

Urge assim,

Reiterar a oposição da Câmara Municipal de Lisboa em relação a esta decisão.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A  
GABINETE DOS VEREADORES DO PCP

**Assim, temos a honra de propor que a Câmara Municipal de Lisboa (CML), reunida em 24 de Setembro de 2014, ao abrigo da Lei 75/2013, delibere:**

- Reiterar a posição da Câmara Municipal de Lisboa expressa na Moção n.º 2 de 2014;**
- Apelar à mobilização e intervenção das populações, das autarquias e dos trabalhadores para impedir a concretização da privatização da Empresa Geral de Fomento, S.A.;**
- Desenvolver esforços, por todos os meios que estão ao seu alcance, para evitar a privatização da Empresa Geral de Fomento, S.A..**

Lisboa, 24 de Setembro de 2013.

Os Vereadores do PCP

João Ferreira

João Bernardino